

## **TEMA EM DEBATE/ARGUMENT**

### **APRESENTAÇÃO/PRESENTATION**

---

#### **MEDICAMENTO, LÓGICA DE MERCADO E INTERESSE PÚBLICO**

*Fernando Lefevre<sup>(\*)</sup>*

Em nossa cultura atual, o medicamento freqüentemente deixa de desempenhar o papel que lhe caberia e se transforma em algo parecido com o que acontece com uma droga ilícita: a possibilidade fantasiosa de obter estados muito desejados, ou evitar estados muito indesejados, sem percorrer os longos, tortuosos e por vezes dolorosos caminhos que são necessários para atingir tais estados.

O medicamento é, assim, freqüentemente, um curto-circuito. Isso acontece tanto no plano individual quanto no coletivo. No plano individual, toma-se remédio para parar de fumar, emagrecer, aumentar ou desencadear a potência sexual, dormir, aumentar resistência física, poder comer e beber à vontade, dirigir caminhão a noite toda, abortar e para tantas outras coisas que não são doenças.

No plano coletivo, são desenvolvidos remédios para combater doenças com a AIDS, por exemplo, que fazem com que a natureza emergencial da doença e o grau de ameaça que ela representa passem, no imaginário coletivo sobre a saúde, a predominar, largamente, sobre as causas sociais, culturais e econômicas que estão na raiz da enfermidade. É a vitória do curto sobre o médio e longo prazo, vitória de Pirro, que aporta dividendos políticos para as elites do poder mas que causa danos quase irremediáveis (para usar um trocadilho) para a saúde vista do ângulo do seu interesse público.

O remédio é a ciência concretizada numa pequena fração de matéria, e, como vivemos numa cultura baseada no conhecimento científico, vive-

---

(\*) Professor Titular do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

mos intensamente a fantasia de que a ciência-no-remédio é a concretização da possibilidade sempre sonhada pelo ser humano de curar, evitar, controlar todas as doenças e tudo de que não gostamos, por um lado, e de propiciar estados intensamente desejados, como sono, potência, beleza eterna, paz, tranqüilidade, inteligência, por outro.

Da mesma forma que o homem se refugia nas chamadas drogas pedradas para compensar a realidade de um mundo de miséria, sofrimento, desamparo, abandono, anonimato, quando se trata de população pobre, ou de um mundo vazio, fútil, consumista, quando se trata de população abonada, esse mesmo homem também se refugia nas chamadas drogas lícitas para deixar de enfrentar os problemas humanos de toda ordem que estão na raiz da maior parte das doenças e também de muitas coisas indesejadas, como a velhice, a feiúra, a impotência, o medo, a ansiedade, a morte.

Para entender melhor essa questão toda é preciso esclarecer uma relação complexa que envolve, hoje em dia, a ciência, o consumo, o corpo/mente, o bem e o mal. De fato, vivemos hoje numa sociedade científica de consumo, isto é, numa sociedade regida por dois grandes princípios articulados: pelo princípio do consumo, que postula que o grande objetivo dos seres humanos é entrar na posse e fazer uso de produtos e serviços que poderão satisfazer todas as suas necessidades e resolver todos seus problemas; e pelo princípio da C&T, que postula que o conhecimento científico materializado em tecnologia é a grande base da validade, eficiência e eficácia dos produtos e serviços que consumimos.

Ora, o que é consumir? Consumir é uma ação, o movimento de um sujeito individual que tem como objeto e finalidade última proporcionar uma repercussão ou efeito corpóreo ou mental; consumir é, sempre, consumir para o corpo/mente, em benefício do corpo/mente: consumo roupas para embelezar o corpo, automóveis para deslocar o corpo, cirurgias plásticas para consertar o corpo, tranqüilizantes para acalmar o corpo e a mente, drogas para levar a mente para um paraíso artificial.

Diferentemente do estágio anterior da humanidade, em que luta entre o bem e o mal tinha como objetivo a conquista da alma, o objetivo atual desta luta é a conquista do corpo ou da mente; também o estágio anterior, onde o bem era Deus e o mal o Diabo, hoje se transforma, respectivamente, na Ciência e na Natureza hostil (os vírus, as bactérias, o clima, os desastres naturais) ou imperfeita (os defeitos genéticos, os "defeitos" físicos) ou ainda nas conseqüências indesejáveis do agir humano (poluição, etc.).

A luta da Ciência como encarnação do Bem contra os Inimigos da Ciência como encarnação do Mal resulta na saúde ou na doença do corpo

ou da mente na exata medida em que os donos dos corpos e das mentes, isto é, os consumidores, sejam ou não capazes de consumir os produtos ou serviços baseados na tecnologia, que são propiciadores da saúde do corpo e da mente.

Definidas assim as relações entre ciência, consumo, corpo/mente, bem e mal, fica mais fácil entender o fascínio exercido e induzido no cidadão do mundo de hoje pelo medicamento como grande propiciador da presença do bem e da ausência do mal no corpo e na mente dos indivíduos.

Ora, tudo isso é a expressão de uma espécie de pacto anti-saúde pública destinado a impedir que se veja e discuta a doença e a saúde como responsabilidades humanas implícitas nas relações mais que problemáticas ou desequilibradas dos homens consigo mesmo, com os outros homens, com o resto do mundo animal, com o mundo vegetal e mineral. As drogas, tanto as chamadas lícitas quanto as ilícitas, podem ser legitimamente vistas como expedientes criados pelo ser humano para impedir que ele se veja face a face com suas mazelas individuais e coletivas. As doenças que são devidas a modos inadequados de produzir, de morar, de viver o cotidiano, de se relacionar com a natureza são, na realidade, falsas doenças. Mediar essas falsas doenças significa usar o medicamento para uma finalidade espúria. É certo que essa é uma proposição teórica, mas, apesar disso, pode ser considerada como horizonte conceitual, útil para a consecução daquilo que todo sanitarista conseqüente propõe, isto é, o uso racional de medicamentos.

De fato, todos os verdadeiramente preocupados com a saúde sabem que os medicamentos, a maior parte do tempo, não estão sendo usados racionalmente para enfrentar as causas mais básicas e fundamentais das doenças, mas apenas para apagar, temporariamente, seus efeitos nos corpos e nas mentes das pessoas. Por isso, ter em mente o uso racional de medicamentos, lembrando sempre que, para a saúde pública, nenhum medicamento deveria ser usado para remediar doenças evitáveis, é uma grande bandeira na luta contra os poderosos mercadores da saúde e da doença.

Ora, o uso racional de medicamentos é o fundamento maior que dá força para que princípio do consumo articulado ao princípio da C&T, que configura a Lógica do Mercado, seja refreado, regulado, reorientado e até, em certas circunstâncias, contestado pelo princípio do Direito, que está na base do Interesse Público. A publicidade e o registro de medicamentos são objeto de três trabalhos aqui apresentados: o de *Perroni*, relativo ao tema da suspensão cautelar e do cancelamento de registros de medicamentos, o de *Horta*, abordando os limites da atuação judicial no que toca também ao re-

gistro de medicamentos, e o de *Sato*, sobre propaganda, publicidade e informação ao consumidor de medicamentos.

Ressalvadas as especificidades de cada uma das problemáticas abordadas, elas revelam as potencialidades e as limitações entre nós da ação reguladora do Estado e do interesse público perante a lógica do mercado no campo da saúde e mais particularmente do medicamento e o quanto ainda temos de percorrer para que se configure, aqui, o uso civilizado do medicamento.

Como observação final, é possível avançar a colocação de que estamos todos, enquanto indivíduos/consumidores, de uma forma ou de outra, comprometidos com uma mitologia sanitária cujo princípio fundador é aquele que enuncia que *sobreviver com saúde na sociedade atual é um ato individual em que cada pessoa ou família em particular sobreviverá na exata medida em que conseguir consumir e, portanto, comprar os melhores produtos e serviços saudáveis que proporcionem para si e para os seus mais saúde e menos doença*. Ora, tal mitologia vem gerando, como seu efeito direto e indireto, em todo o mundo, yatrogenia (por exemplo, através da automedicação), hipocondria, estresse, exclusão social (os que podem e os que não podem comprar saúde), custos crescentes, competição desagregadora, egoísmo, em suma: doença.

Assim, se não formos capazes de substituir essa mitologia sanitária por outra, fundada na promoção de saúde concebida como política pública e num sistema social solidário de troca de competências específicas em benefício de todos, continuaremos “patinando” ou “girando em falso”, acreditando, ingenuamente, que, com os Ômegas 3, tomados para evitar as doenças do coração em vez de enfrentar as causas do estresse, ou com as Aspirinas Fortes engolidas para evitar as dores de cabeça causadas pela briga com o namorado, ou com os Lacto Purga tomados para ficar com a pele igual à da filha da Regina Duarte, é possível, individualmente, obter saúde, mesmo vivendo numa sociedade coletivamente doente.

Hoje, a maior parte das pessoas fica doente porque vive em sociedades doentes, e é inútil tentar tratar sociedades doentes com drogas, lícitas ou ilícitas. A sociedade brasileira atual é uma dessas sociedades doentes, vítima da iniquidade social, da corrupção generalizada, do mercantilismo e do consumismo exacerbados, do corporativismo egoísta e de tantos outros males sociais para os quais a solução não se encontra na farmácia.

É preciso que deixemos os remédios em paz para que eles possam cumprir com tranqüilidade seu verdadeiro papel, que é o de tratar as verdadeiras doenças. Mas para isso, por certo, é preciso, além da sempre cele-

brada “vontade política”, desenvolver fortemente o conhecimento que gira em torno do Direito Sanitário e, dentro deste, mais especificamente, da Vigilância de Medicamentos, contribuindo com elementos de reflexão atualizados para que o Estado e seus representantes possam fazer sempre valer o interesse público da população sobre o interesse privado do mercado.